



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES  
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Ed. Sede, Sala 200  
70047-900 Brasília – DF  
Telefone: (61) 2104-9381/9377/Fax: (61) 2104-9355/9362  
[spmulheres@spmulheres.gov.br](mailto:spmulheres@spmulheres.gov.br)  
[www.presidencia.gov.br/spmulheres](http://www.presidencia.gov.br/spmulheres)

## **Informe Brasileiro à XVIII Reunião Especializada da Mulher do Mercosul**

Período: maio a novembro de 2007

### **Apresentação**

No Brasil, as políticas de promoção da igualdade de gênero, de enfrentamento da violência e da discriminação contra as mulheres e de defesa dos seus direitos têm recebido um forte respaldo do Governo Federal, expresso nas prioridades e iniciativas governamentais.

Nesse sentido, o presente Informe deve destacar, em primeiro lugar, um importante avanço em relação às políticas mais gerais do Governo brasileiro, resultado de gestões da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: a incorporação da transversalidade de gênero e raça na *Orientação Estratégica de Governo* para o Plano Plurianual de Investimentos 2008-2011.

Este documento explicita, já na sua introdução, a necessidade do enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, afirmando que: "É necessário traduzir essas orientações em iniciativas práticas e dar convergência à ação do setor público, por meio de uma estratégia de desenvolvimento com crescimento associado à redução das desigualdades sociais e regionais, à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia e à manutenção sustentada da estabilidade fiscal e de preços".

Os objetivos de governo definem o que será perseguido, com maior ênfase, pelo Governo Federal no período de vigência do Plano Plurianual 2008 – 2011 e têm como finalidade nortear a formulação de políticas públicas no âmbito de cada Ministério, assim como a elaboração dos programas que integrarão o Plano. Entre os 10 objetivos de governo, destacamos o quarto objetivo: "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos".

Como estratégia para incidir na formulação dos planos plurianuais dos diferentes ministérios, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres encaminhou sugestão de objetivos setoriais com a incorporação da perspectiva de gênero, e com isso o tema foi acolhido por vários dos entes governamentais.

O Plano Plurianual 2008-2011 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres se estrutura em três programas: Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres; Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; e Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas.

São seis os seus objetivos setoriais: 1) Promover a incorporação do enfoque de gênero na formulação de políticas e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão em todas as esferas da administração pública, contemplando as diversidades existentes entre as mulheres; 2) Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero; 3) Implementar, no âmbito do Estado, políticas que promovam a conciliação entre as atividades domésticas e possibilitem a alteração da atual divisão sexual do trabalho; 4) Prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres; 5) Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz; e 6) Contribuir para a ampliação do exercício do poder pelas mulheres, possibilitando sua participação em todas as esferas de decisão.

Como parte das ações prioritárias da Agenda Social do Governo para o período de 2008-2011, e por iniciativa da SPM, foi lançado em agosto último o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, congregando uma série de ministérios que, de maneira conjunta, vão desenvolver ações, a partir de 2008, para a prevenção, a atenção, a proteção e a garantia de direitos às mulheres em situação de violência, assim como o combate à impunidade dos agressores. Para a SPM, particularmente, o Pacto Nacional representa um grande suporte para o cumprimento das suas atribuições no âmbito do Programa de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, cujo foco principal está na implantação, ampliação e consolidação das redes de serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência.

Ainda em relação às políticas de Governo nessa mesma área, no mês de julho do ano em curso, foi aprovado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que investirá R\$ 4,8 bilhões na integração de políticas de segurança pública com ações sociais nas 11 regiões mais violentas do país.

Composto por 72 ações, o Pronasci tem como objetivo enfrentar as causas sociais e culturais do crime, por meio de ações de prevenção, controle e repressão da violência. Inicialmente, o Pronasci será implantado nas onze regiões metropolitanas do país com maiores índices de criminalidade. Seu desenvolvimento se dará por meio da articulação contínua entre União, estados e municípios. No que tange à prevenção e combate à violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha ganhará um reforço do Programa, por meio da construção de centros de educação e reabilitação para os agressores. Estes espaços servirão como local de combate à impunidade e promoção da cultura de paz. Serão erguidos 53 centros nas 11 regiões metropolitanas atendidas pelo Programa.

Outra iniciativa que terá impacto positivo no enfrentamento da violência doméstica e familiar, é o projeto *Mães da Paz*, a ser desenvolvido nas comunidades dominadas

pelo tráfico e pela violência, com a finalidade de capacitar lideranças femininas para aproximá-las de jovens em situação de risco infracional ou criminal e encaminhá-los aos programas sociais e educacionais do Pronasci. Cerca de 4,8 mil mulheres serão formadas no curso de Promotoras Legais Populares, em temas como direitos humanos, mediação de conflitos e cidadania. Cada uma receberá uma bolsa de R\$ 100,00. Espera-se que a liderança exercida por essas mulheres na comunidade contribua para afastar os e as jovens da criminalidade.

As ações mais relevantes implementadas pela SPM e as instituições parceiras nos últimos meses serão apresentadas a seguir.

## **1. II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**

No período de 17 a 20 de agosto, realizou-se a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, sob a coordenação da SPM-PR e do CNDM.

A II Conferência teve por objetivos:

- a) Analisar e repactuar os princípios e diretrizes aprovados na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM).
- b) Avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2004-2007 (PNPM) nos níveis federal, estadual e municipal.
- c) Apresentar propostas de alteração de conteúdo do PNPM e da sua forma de execução.
- d) Analisar a participação política das mulheres nos espaços de poder e elaborar propostas para ampliar sua inserção.

Na sua fase preparatória, foram realizadas cerca de 600 Conferências municipais, regionais, estaduais, governamental e distrital, nas quais foram eleitas 2.559 delegadas para a II CNPM. O processo de preparação da II Conferência envolveu diretamente quase 200 mil mulheres brasileiras, de todos os cantos do País.

Em suas linhas gerais, o PNPM 2004-2007 foi referendado, ou seja, foi aprovado em termos de suas diretrizes, prioridades e das ações referentes aos seus 05 (cinco) eixos estruturantes: a) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; b) educação inclusiva e não-sexista; c) saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; d) enfrentamento à violência contra as mulheres; e) gestão e monitoramento do Plano.

A principal alteração proposta foi o acréscimo de 06 (seis) novos eixos, a saber: participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder; desenvolvimento sustentável; direito das mulheres a terra e moradia; cultura, comunicação e mídia não discriminatória; enfrentamento de todas as formas de discriminação, entre elas o racismo, o sexismo e a lesbofobia; enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens, idosas, em suas especificidades e diversidades.

O Plano será revisado em função dessas novas propostas, dando origem, assim, ao II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

## 2. Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

No que tange à prevenção e combate à violência contra as mulheres, alguns fatos ocorridos nos últimos meses merecem destaque, a saber:

a) Constituição do Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), constituído por um Consórcio formado por nove instituições acadêmicas e organizações não-governamentais das cinco regiões do Brasil. O Consórcio conta com a parceria de três importantes articulações feministas: a Rede Feminista de Saúde (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos), a Redor (Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero) e o CLADEM (Comitê Latino-americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM/Brasil).

Como já foi assinalado no Informe anterior, o Observatório deverá atuar de forma autônoma e independente, exercendo a função de observar e monitorar a implementação e execução da Lei, estabelecendo relação política e estrutural com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, fornecendo subsídios para aprimoramento de políticas públicas na área da violência contra as mulheres, de forma a contribuir para o cumprimento da Convenção de Belém do Pará e as recomendações do Comitê CEDAW.

b) Em fins de julho, a Lei Maria da Penha completou dez meses da sua promulgação. Nesse curto e intenso tempo de vigência, já se podem perceber alguns impactos positivos na sociedade, destacando-se o surgimento dos Juizados ou Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, e de Defensorias para a Mulher, como uma determinação da Lei. Atualmente totalizam-se 139 Juizados e/ou Varas em todo o país e 15 Defensorias da Mulher. Em relação aos juizados, no estado do Rio de Janeiro, 99 deles são antigos Juizados Especiais Criminais (JECS) transformados em Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM).

Outra inovação introduzida pela Lei Maria da Penha é a sua ênfase na política de prevenção à violência contra as mulheres. Essa prevenção implica na promoção de conhecimento sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, seja através da produção de pesquisas e estatísticas (como prevê o art. 8º.), seja pela inclusão das estatísticas específicas nas bases de dados dos órgãos oficiais (conforme art. 38º).

c) Em relação às políticas para as mulheres encarceradas, foi instituído, por Decreto datado de 25 de maio de 2007, o Grupo de Trabalho Interministerial que tem o objetivo de reorganizar e reformular o Sistema Prisional Feminino. O GTI inscreve-se no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Ministério da Justiça (MJ), por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Dentre as atribuições desse grupo destacam-se: a apresentação de propostas para a estada e permanência de filhos de encarceradas na prisão; instalações físicas adequadas nos presídios femininos; capacitação das/os profissionais ligados ao atendimento, destinação de um percentual do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) às carceragens que abrigam mulheres; e a instituição de programas voltados à educação, saúde, capacitação

para o trabalho e acompanhamento jurídico e social para as mulheres e seus familiares.

Além de representantes da SPM e do Ministério da Justiça/ DPEN, fazem parte do GTI: o Ministério da Saúde, da Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura, do Esporte, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Cabe ressaltar que até o presente momento o GTI já produziu propostas de reformulação do Sistema Prisional, envolvendo desde a legislação até a estrutura física dos presídios.

d) O governo brasileiro publicou o Decreto Nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, que aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui o Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração da proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP.

A Política Nacional assume o conceito de “tráfico de pessoa” adotado pelo Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, assim entendido: “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”.

Esta iniciativa do governo brasileiro teve início com uma parceria entre o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Especial de Direitos Humanos (ambas da Presidência da República) e constitui um passo importante no enfrentamento das questões referentes às mulheres trabalhadoras migrantes, principalmente nos casos que envolvem o trabalho escravo, a exploração e a violência sexual, contra mulheres e meninas adolescentes.

Atualmente, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelas três instituições (MJ, SPM e SEDH), e constituído por mais 11 Ministérios, está analisando as propostas de Ações e Prioridades do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que deverá ser lançado ainda neste ano de 2007.

e) A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), instalou no dia 08/10, em Brasília, o Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo e da Floresta.

Seu objetivo é formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade dessas mulheres. O Fórum foi instituído em 22 de agosto, durante o encerramento da Marcha das Margaridas.

Coordenado pela SPM, o Fórum é constituído pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Justiça; e do Meio Ambiente, pela Secretaria-Geral da República, pelas Secretarias Especiais de Políticas da Promoção da Igualdade Racial; e de Direitos Humanos, pela Marcha Mundial das Mulheres, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, pelo Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco.

f) No relatório anterior destacamos o lançamento do Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Aids e outras DST em março de 2007, uma parceria do Ministério da Saúde com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O avanço desta epidemia na população feminina está associado à maior vulnerabilidade social e individual das mulheres devido a questões vinculadas à desigualdade de gênero, dentre elas a violência doméstica e sexual. Este plano vem sendo implementado em todo o país, por meio de pactuação com todos os Estados da Federação em Oficinas Macrorregionais onde participam os gestores estaduais e municipais do Programa Nacional de DST/Aids, da Saúde da Mulher e das Coordenadorias da Mulher. Já ocorreram as Macros das regiões sudeste e nordeste e até o final do ano de 2007 estão programadas as do norte, sul e centroeste.

g) Foi firmada uma parceria com a Petrobrás para o enfrentamento à violência contra a mulher por meio do Projeto Siga Caminhoneiro. Trata-se de uma caravana de caminhões que circula pelas estradas brasileiras durante oito meses do ano desenvolvendo ações sociais com o público das localidades por onde passa. A partir de 2007 esta caravana conta com uma unidade móvel denominada Siga Bem Mulher, que divulga as ações de combate à violência contra a mulher, implementadas por esta Secretaria (180 - central de atendimento à mulher, lei Maria da Penha, etc..), além de desenvolver atividades lúdicas e culturais cujo tema central é a violência de gênero e suas interfaces.

h) A partir do ano de 2007 foram intensificadas pela SPM as ações voltadas para o público de mulheres adolescentes e jovens, com forte ênfase no grave problema da violência sexual e exploração sexual comercial. Foram editados dois livros sobre o tema, em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e realizadas parcerias com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Saúde e Ministério da Educação para o desenvolvimento de ações de capacitação de equipes de atenção básica à saúde e conselhos tutelares nas questões de gênero e no enfrentamento à violência que acomete o público adolescente/jovem.

### **3. Educação e Cultura**

No âmbito do eixo da Educação, é importante ressaltar o lançamento do 3º Prêmio *Construindo a Igualdade de Gênero*, uma das dimensões do programa Mulher e Ciência, implementado pela SPM, em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

O Programa Mulher e Ciência foi instituído com o objetivo de valorizar as pesquisas realizadas e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade, além de sensibilizar a sociedade para tais questões.

O Programa compreende três tipos de incentivo: um Edital de Pesquisa, o Prêmio *Construindo a Igualdade de Gênero* e o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – *Pensando Gênero e Ciência*.

O Prêmio *Construindo a Igualdade de Gênero* destina-se a três categorias de candidatos: estudantes do Ensino Médio; estudantes de Graduação e Graduados (pesquisadores e alunos de pós-graduação).

Na sua primeira edição, em 2005, foram inscritas 1270 redações de estudantes do ensino médio; 141 trabalhos científicos (monografias) de estudantes da graduação e 176 trabalhos científicos de estudantes de pós-graduação. Em 2006, o Prêmio recebeu a inscrição de 1.284 redações de estudantes do ensino médio, regular e profissionalizante, 154 artigos científicos na categoria graduação e 207 na categoria pós-graduação.

No âmbito da cultura, outro fato relevante, que promete um impacto positivo na atuação da SPM e nas suas parcerias com demais setores do Governo, foi o Acordo de Cooperação firmado entre a Secretaria e o Ministério da Cultura, em 3 de outubro próximo passado, para a implementação de ações conjuntas no âmbito do Programa *Mais Cultura*, que integra a Agenda Social do Governo, sob a coordenação daquele Ministério.

O Acordo de Cooperação permitirá, entre outras iniciativas, o mapeamento e a identificação de associações produtivas e comunidades de mulheres que vivem do trabalho artesanal, assim como a sua inserção no mercado, por meio de projetos de qualificação profissional e valorização dos produtos para a comercialização.

#### **4. Trabalho**

Nesta área, destaca-se o lançamento e implementação da 2ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, que se baseia na adesão voluntária e tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no meio empresarial através da outorga de um selo às empresas que adotarem medidas concretas de promoção da equidade/ igualdade no seu âmbito.

Na sua primeira edição (2005/2006), o Programa destinava-se às empresas públicas e recebeu a adesão de grandes organizações dos setores eletro/energético, bancário, comunicação e agropecuário. O encerramento da primeira edição e a outorga do Selo Pró-Equidade de Gênero ocorreu em dezembro de 2006, contemplando 11 empresas selecionadas: Caixa Econômica Federal, Eletronorte, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, Companhia Energética de Alagoas, Eletrobras, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas Centrais Elétricas, Itaipu Binacional e Petrobras.

Na sua segunda Edição, o Programa foi ampliado para todas as instituições da administração pública e para o setor privado. Até o momento, 37 organizações estão efetivamente inscritas e 28 já apresentaram os seus Planos de Ação para o período 2007-2008.

A coordenação do Programa está a cargo do Comitê Pró-Equidade de Gênero, constituído por representantes da SPM (que coordena todo o processo), do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral da República, OIT e UNIFEM.

Brasília, 18 de outubro de 2007